



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

PROCESSO Nº 3848/2015

PARECER Nº 101/2018-G3P

EMENTA: Auditoria de Regularidade para avaliação de procedimentos de aquisição, armazenamento e dispensação de OPME pela Secretaria de Estado de Saúde do DF. Recomendações e determinações. Cumprimento. Verificação em sede de monitoramento.

Retornam ao Ministério Público os autos da Auditoria de Regularidade realizada para avaliar a regularidade da aquisição, armazenamento e dispensação de OPMEs (órteses, próteses e materiais especiais) no âmbito da SES/DF, em cumprimento ao Plano Geral de Ação para 2015, conforme determinado na Decisão nº 5476/2012. A execução da auditoria compreendeu o período de 23/02/2015 a 30/06/2015.

2. O Tribunal, pela Decisão nº 6.048/2015, com fundamento em fiscalização efetuada com o objetivo de examinar a regularidade da aquisição, armazenamento e dispensação de OPMEs pela Secretaria de Estado de Saúde do DF, ordenou medidas a serem implementadas de forma imediata e outras que deveriam ser programadas em um Plano de Ação.

3. Adiante, pela Decisão nº 6.098/2016, o Plenário determinou a revisão de diversas medidas do Plano de Ação, reiterou determinações expedidas e não cumpridas e determinou a instauração de procedimento administrativo para apuração de fatos.

4. A seguir, a Decisão nº 2739/17 considerou insatisfatórios os esclarecimentos prestados pela SES/DF, reiterando as determinações e notificando o titular da Pasta a apresentar razões de justificativa para o descumprimento da deliberação plenária:

II – considerar: a) cumprido o item VI da Decisão n.º 6.098/2016; b) não atendidos os itens III, IV e V do mesmo decisum; III – reiterar à SES/DF, que, no prazo de 30 (trinta) dias, dê efetivo cumprimento às diligências constantes dos itens III e IV da Decisão n.º 6.098/2016, bem como da determinação constante do item IV, alínea “d” da Decisão n.º 6.048/2015, no sentido de instaurar procedimento administrativo com a finalidade de apurar os fatos descritos no Achado 3 do Relatório de Auditoria, com estrita observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, devendo a jurisdicionada dar conhecimento ao Tribunal do cumprimento das determinações mediante encaminhamento de documentação comprobatória das medidas adotadas, alertando o gestor responsável quanto à possibilidade de aplicação das sanções previstas nas normas de regência; IV – autorizar o chamamento em audiência, a ser processada em autos apartados, do Sr. Humberto Lucena Pereira da Fonseca, Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente suas razões de justificativa para o reiterado descumprimento das determinações constantes do item IV, alíneas a, b, c, f, j, k, l, m e n da Decisão n.º 6.048/2015, ante a possibilidade de aplicação da multa prevista no art. 57, inciso VII, da Lei Complementar n.º 01/1994; V – determinar ao titular da Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe a esta Corte de Contas os nomes dos responsáveis pelas áreas técnicas que deixaram de cumprir, após



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

instados pelo titular do órgão, o determinado na Decisão n.º 6.098/2016, para fins de apuração de responsabilidade no âmbito desta Corte e eventual aplicação da sanção prevista no art. 57, inciso IV, da Lei Complementar n.º 01/1994; VI – autorizar: a) o encaminhamento de cópia da Informação n.º 21/2017-Diaud2, do Parecer n.º 372/2017-MF e do relatório/voto do Relator para subsidiar o cumprimento das determinações insertas nos itens III, IV e V retro; b) o retorno dos autos à Secretaria de Auditoria – Seaud/TCDF, para os procedimentos pertinentes.(destaque acrescido)

5. Conforme salientado pelo Corpo Técnico, com relação ao item IV da Decisão n.º 2739/2017, fora autuado o Processo n.º 18502/2017, para apreciação das razões de justificativas apresentadas pelo Sr. Secretário de Saúde do DF quanto ao reiterado descumprimento das determinações constantes da Decisão n.º 6048/2015. Sobre esse assunto, o Plenário considerou procedentes as razões apresentadas pelo titular da SES.

6. A Secretaria de Estado de Saúde encaminhou documentos, com o fito de cumprir as diligências pendentes de cumprimento: itens IV-a, IV-b, IV-c, IV-d, IV-f, IV-j, IV-k, IV-l, IV-m e IV-n da Decisão n.º 6.048/2015, bem como a revisão do Plano de Ação para atendimento dos itens V-h, V-i, V-k, V-l, V-m, V-n, V-o, V-r e V-s da mesma decisão.

7. Os teores das respostas em cotejo com as deliberações do Tribunal foram assim resumidos pela Área Técnica:

Item	Medidas
IV.a	<p>A Comissão de Elaboração de Instrumentos de Contratação informou que a Justificativa do quantitativo solicitado é elaborada pela Área Técnica Médica, no momento da elaboração do Termo de Referência do material a ser adquirido, com base nos dados dos anos anteriores e de demandas reprimidas (quando houver), para chegar ao quantitativo suficiente para suprir a Rede SES/DF pelo período pretendido para aquisição (Despacho SES/SUAG/CEIC, pç. 313, pág. 69).</p> <p>A Subsecretaria de Administração Geral afirmou que o Termo de Referência possui o subitem "JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO SOLICITADO", no qual a Área Técnica se manifesta, com base nos dados de consumo médio mensal, número de procedimentos realizados, e existência de demanda reprimida, em relação ao quantitativo necessário do insumo para suprir a Rede SES/DF pelo período pretendido para aquisição. (Despacho SES/SUAG, pç. 313, pág. 71).</p> <p>A Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde - SAIS, por meio do Despacho SES/SAIS (pç. 313, pág. 123), informou que, nos termos da Portaria n.º 210/2017, publicada pela SES/DF, que regulamenta os processos de contratações; considerando que a elaboração do Termo de Referência demanda a atuação de subsecretarias distintas (Comissão de Elaboração de Instrumentos de Contratação - CEIC/SUAG e Área Técnica Médica, SAIS), a definição do quantitativo é responsabilidade da Subsecretaria de Logística - SULOG, quando da emissão de solicitação de registro de preços (SRP) ou do pedido de aquisição de material (PAM).</p> <p>A SAIS descreve como tarefas da SULOG, segundo o Manual de Contratações da SES/DF, os procedimentos a seguir: (a) Analisar a ficha de estoque (KARDEX) no menu Estoque e calcular a saída de estoque da GADMIS, NUMEBE e NUDIME, durante os últimos 12 (doze) meses, desconsiderando os meses desabastecidos; (i) Para o cálculo do Consumo Médio Mensal (CMM) deve ser realizada uma média aritmética; (ii) Em casos particulares pode ser feito o cálculo considerando a saída durante os últimos 6 (seis) meses; (b) Comparar o consumo calculado a partir da movimentação da Ficha de Estoque (Kardex) com o CMM e CMMi, e utilizar o que apresenta maior valor; (i) Quando se tratar de material recém-padronizado, solicitar estimativa de consumo à Área Técnica ou avaliar os indicadores de</p>



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

	<p>planejamento de demanda disponíveis (PPA, PAS, SESPLAN entre outros); (ii) Calcular o quantitativo a ser solicitado no pedido multiplicando o valor do CMM pelo tempo pretendido de abastecimento, que será definido conforme análise da DIPRO ou DIPOP.</p> <p>A SAIS registrou que os quantitativos informados pela SULOLOG deverão ser cancelados pela área técnica no momento da descrição do objeto, durante a elaboração do Termo de Referência.</p> <p>A Diretoria de Programação de Órteses e Próteses da Subsecretaria de Logística em Saúde - SULOLOG, no Despacho n.º 1498860 (pç. 313, pág. 119), apresentou o Plano de Gestão de Órteses, Próteses e Materiais Especiais na Secretaria de Saúde do Distrito Federal, em cumprimento às determinações da Decisão n.º 6.048/2015 do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF.</p> <p>A área técnica relata que a Diretoria de Programação de Órteses e Próteses - DIPOP dispõe de uma equipe de programadores que tem como uma de suas atribuições o monitoramento do estoque de OPMEs da rede SES/DF, com a finalidade de planejar a abertura de novos processos de aquisições regulares, evitando assim o desabastecimento. Dessa forma, a execução das Atas de Registro de Preços está condicionada à aquisição de no máximo 25% do quantitativo total de cada item para a primeira execução, sendo que para as demais solicitações deverá ser comprovada a utilização de no mínimo 80% do quantitativo pedido anteriormente. Consignou, ainda, que, para as execuções de Ata de Registro de Preços, desde 2006, é exigida a especificação dos quantitativos para cada numeração dos materiais que serão adquiridos, através da execução da ata vigente do material.</p> <p>A Diretoria de Programação de Órteses e Próteses consignou, ainda, no Despacho 1589211 (pç. 313, pág. 129), que a Portaria n.º 178/2014 está sendo revista na sua totalidade, buscando atender ao novo plano de gestão de OPMEs adotado pela SES/DF.</p> <p>A recomendação, pelo TCDF, de se inserir nos autos documentos que comprovem a adequação do tipo e dos quantitativos de materiais a serem adquiridos já vem sendo praticada desde 2016 com a inclusão de dados, como a consulta do Consumo Médio Mensal (CMM), extraído do sistema informatizado Alphasinc da rede SES/DF, lista de demanda reprimida, estatística de procedimentos realizados nos últimos 12 meses, previsão de abertura de novos serviços ou programas que utilizem OPMEs, que possam comprovar a necessidade dos quantitativos solicitados na abertura do processo para aquisição regular de OPMEs pelos Coordenadores das especialidades.</p>
IV.b	<p>A Comissão de Elaboração de Instrumentos de Contratação - CEIC/SUAG, ressaltou que, nos Termos de Referência, consta uma cláusula que prevê as execuções das Atas de Registro de Preços, a seguir transcrita:</p> <p>* A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser feita mediante o enquadramento das situações abaixo relacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Primeira execução: solicitação do executor, mediante comprovação de demanda existente na SES, através de relatório gerencial de pacientes, no quantitativo máximo de 25% da Ata de Registro de Preços (ARP); - Execuções posteriores: solicitação do executor, mediante comprovação da utilização de 80% do estoque anterior, bem como da comprovação de demanda reprimida, através da apresentação de relatório gerencial de pacientes, no quantitativo máximo de 25% do saldo remanescente da ARP (pç. 313, pág. 69). <p>A Diretoria de Programação de Órteses e Próteses afirmou, no Despacho 1589211 (pç 313, pág. 129), que dispõe de uma equipe de programadores que tem como uma de suas atribuições o monitoramento do estoque de OPMEs da rede SES/DF, com a finalidade de planejar a abertura de novos processos de aquisições regulares evitando assim o desabastecimento.</p> <p>Desta forma, a execução das Atas de Registro de Preço está condicionada à aquisição de, no máximo, 25% do quantitativo total de cada item para a primeira execução, sendo que para a segunda e seguintes solicitações de execuções deverá ser comprovada a utilização de no mínimo 80% do quantitativo pedido anteriormente. (pç. 313, pág. 10/11)</p>
IV.c	<p>A Diretoria de Programação de Órteses e Próteses consignou, no Despacho 1589211, que, de acordo com o novo plano de gestão de OPMEs adotado pela SES/DF, a Diretoria também</p>



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

	será responsável pelo controle de estoque gerencial das OPMEs, com a finalidade de monitorar os prazos de validade dos materiais em estoque , evitando o perecimento dos produtos e, conseqüentemente, dano ao erário.
IV.d	A Unidade Setorial de Correição Administrativa informa acerca da instauração de Procedimento de Sindicância, conforme Portaria nº 349, de 24 de julho de 2017, publicada no DODF de 25/07/2017. O procedimento é acompanhado no Processo nº 00060.00043817/2017-13 (Despacho SES/CONT/USCOR, 1655598. pç. 314, pág. 129). Adicionalmente, o Ofício nº 230/2017-GAB/USCOR/SES (pç. 329) comunica a conclusão dos trabalhos de Sindicância, com os devidos encaminhamentos, inclusive com a instauração de tomada de contas especial, por meio da Portaria nº 575, publicada no DODF em 19.10.2017. O conteúdo do Processo nº 00060.00043817/2017-13 foi encaminhado, em mídia digital (CD), e encontra-se juntado a este processo (38348/2015) na aba “Associados”.
IV.f	A Subsecretaria de Atenção Integral a Saúde relatou as informações a seguir transcritas. Todos os produtos/insumos utilizados na assistência possuem cadastro no sistema eletrônico de materiais da Secretaria de Saúde. Estes produtos/insumos só podem ser cadastrados após padronização, por deliberação em Comissão de Padronização. O cadastro do produto no sistema implica na elaboração do descritivo técnico de maneira a atender à necessidade assistencial bem como permita ampla concorrência no certame de aquisição pública. A avaliação da adequação técnica do material é feita pela área técnica após a realização do pregão, quando a empresa primeira colocada no certame apresenta a amostra do seu produto que será entregue à Rede. Esta amostra precisa estar em conformidade com o descritivo do produto apresentado no Termo de Referência, que por sua vez é o mesmo cadastrado no sistema eletrônico de materiais da Secretaria de Saúde. Um segundo momento de avaliação do produto ocorre, após firmado o contrato, quando a empresa faz a entrega na Farmácia Central. A área técnica comparece e avalia se o produto que está para ser entregue corresponde a amostra apresentada anteriormente (pç.313, pág. 13).
IV.j	A Diretoria de Programação de Órteses e Próteses, por meio do Despacho 1589211, relatou que a SES/DF estabeleceu o procedimento padrão de preenchimento de um formulário de comprovação da utilização de OPMEs pelos profissionais responsáveis pelo seu uso. Com o objetivo de aprimorar a prática, essa Diretoria procedeu à revisão do formulário denominado de Comunicado de Utilização de OPME (CUOMP) realizando as alterações pertinentes de modo a permitir rastreabilidade e a orientação do faturamento dos procedimentos executados. O preenchimento da CUOMP será obrigatório, permitindo que a baixa no sistema do insumo seja dada por paciente após a realização do procedimento. Esse formulário será publicado juntamente com a reforma da Portaria nº 178/2014 com a finalidade de instituir rotinas e fluxos de utilização de OPMEs. De acordo com novo plano de gestão de OPMEs adotado pela SES/DF, a Diretoria de programação de Órteses e Próteses informa que a Gerência de Programação dispõe de uma equipe responsáveis pelo controle de estoque gerencial das OPMEs , analisando os consumos e gerando estatísticas para as futuras aquisições, dispensando a solicitação inicial pela coordenação das especialidades, deixando essas de ser as áreas demandantes, centralizadoras das informações necessárias para o processo de aquisição regular e execuções de atas. Toda essa gestão será incluída na nova Portaria nº 178/2014¹ . (pç. 313, pág. 14/15).
IV.k	A Coordenação Especial de Tecnologia de Informação em Saúde relatou que todos os dados constantes do Alphasinc estão sendo migrados para o banco de dados ORACLE , o qual permite o acesso de outras aplicações de mercado. Desse modo, o banco de dados ORACLE armazenará todas as informações acerca do consumo estimado de materiais, de modo a espelhar a real necessidade da SES/DF para a aquisição de OPMEs (pç.313, pág. 14).
IV.l	Acerca do planejamento periódico para orientar as aquisições de OPMEs, a Diretoria de programação de Órteses e Próteses relata que a Portaria n.º 178/2014 está sendo revista em sua totalidade, em atenção ao novo plano de gestão de OPMEs adotado pela SES/DF. Nesse sentido, a recomendação do TCDF , de se inserir nos autos documentos que comprovem a adequação do tipo e dos quantitativos de materiais a serem adquiridos já vem

¹ Entende-se que será incluída na revisão da mencionada Portaria.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

	<p>sendo praticada desde 2016 com a inclusão de dados, como a consulta do Consumo Médio Mensal (CMM), extraído do sistema informatizado Alphasinc da rede SES/DF, lista de demanda reprimida, estatística de procedimentos realizados nos últimos 12 meses, previsão de abertura de novos serviços ou programas que utilizem OPME, que possam comprovar a necessidade dos quantitativos solicitados na abertura do processo para aquisição regular de OPMEs pelos Coordenadores das especialidades.</p> <p>Ademais, em conformidade com o novo plano de gestão de OPMEs adotado pela SES/DF, foi elaborado Termo Circunstanciado de Não Utilização de OPME seguindo as normativas estabelecidas na Portaria nº 403/2015 do Ministério da Saúde. Esse termo deverá ser preenchido obrigatoriamente em casos de quebra ou contaminação das OPMEs. No termo devem constar os motivos e as justificativas que ensejam a danificação e/ou a não utilização do material.</p> <p>Atualmente o sistema informatizado Alphasinc já permite que seja dada baixa do material nominalmente por paciente. Após a republicação da Portaria 178/2014, essa prática será implantada como rotina padrão na dispensação das OPMEs utilizadas pela rede SES/DF, permitindo dessa forma a sua rastreabilidade (pç.313, pág. 15).</p>
IV.m	<p>A Coordenação Especial de Tecnologia da Informação em Saúde relatou que, considerando a migração das informações constantes do Alphasinc para o banco de dados ORACLE, conforme narrado na resposta ao item "k", que se encontra em andamento, a área técnica utilizará programa já utilizado pela Hemodinâmica (HBDF), para melhor acompanhamento e rastreamentos sobre a distribuição de OPMEs.</p> <p>O programa passará por ajustes e configurações para uso de outras unidades da SES/DF, e deverá ser implementado a partir de 14/08/2017 (pç.313, pág. 16).</p>
IV.n	<p>A Diretoria de Programação de Órteses e Próteses informou que, com o abastecimento regular de OPMEs na rede SES/DF, as demandas judicializadas conseqüentemente diminuirão. Após a publicação da portaria que cria a Comissão de Padronização de OPME, os OPMEs serão classificados e padronizados como de aquisição regular ou eventual. O catálogo também contemplará materiais classificados para aquisição eventual que não serão padronizados por se tratar de materiais muito específicos para atender demandas excepcionais. Para essas aquisições específicas, será utilizada a intermediação da Câmara Permanente Distrital de Mediação em Saúde (CAMEDIS) evitando assim ajuizamento das ações.</p> <p>A Diretoria elaborou fluxos e protocolos operacionais-padrão que visam ao controle dos processos Judicializados.</p> <p>Ainda, em caso de não utilização das OPMEs judicializadas pelos referidos pacientes, por diversos motivos que impossibilitam a utilização, a OPME será redirecionada de acordo com o fluxo estabelecido nos procedimentos operacionais-padrão (pç.313, pág. 17).</p>

Item	Medidas
V.h	<p>Com relação ao faturamento de OPMEs, a Diretoria de Controle de Serviços de Saúde - DICS informa sobre a realização de mapeamento e modelagem de fluxo, desde a entrada do produto OPME no Sistema Alphasinc até o faturamento e envio das informações ao Datasus. Alerta, contudo, que uma série de requisitos para o correto funcionamento do fluxo depende da atuação da Coordenação de Tecnologia da Informação - CTINF. (pç. 326, pág.2/8)</p> <p>A CTINF informa que o sistema utilizado pela SES/DF não permite interligação para identificação dos pacientes que utilizaram OPMEs, por tratar-se de sistema proprietário, ou seja, não pode ser alterado pela SES/DF, apenas pelo fabricante do software. Acrescenta que seguirá o cronograma visto à pág. 135 (pç. 314) para implantação de sistema controle de estoque, gestão e rastreamento das OPMEs, disponibilizado pelo Setor de Hemodinâmica do HBDF, com previsão de conclusão até 30/09/2017.</p>
V.j	<p>Quanto à possibilidade de remanejamento de servidores para os Núcleos de Processamento de Dados, a DICS afirma que tem realizado diversos esforços no sentido de dispensar a ampliação da mão de obra no NCAIS, mas que ainda existem fragilidades relacionadas ao perfil e quantidade de servidores em alguns Núcleos. (pç. 326, pág.2/8)</p>



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

V.k	Relativamente à implantação de indicadores, a mesma unidade da SES/DF admite que não identificou, ainda, indicador que permita a mensuração requisitada pelo TCDF, mas que continua testando alguns indicadores (pç. 326, pág.2/8).
V.l	Em relação à atualização de registros no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, a DICS informa que realiza o procedimento mensalmente. E, quanto à habilitação para serviços de cirurgia, acrescenta que a Gerência de Controle de Credenciamento e Habilitação tem realizado vistorias, em conjunto com a Diretoria de Vigilância Sanitária, para verificação do cumprimento de requisitos legais pelos hospitais da rede. A partir daí, cada hospital elabora um Plano de Credenciamento e Habilitação para resolução das pendências apontadas na vistoria. Em alguns casos, o serviço pode ser habilitado mesmo com a existência de pendências. Por fim, informa que os planos dos Hospitais HRAN, HMIB, HRSM e HBDF já estão prontos, e que, para os demais hospitais, os planos estarão finalizados até dezembro/2017 (pç. 326, pág.2/8).
V.m	Os dados relacionados na Decisão do Tribunal para registro da implantação da OPME constam dos Requisitos para desenvolvimento pleno da Portaria de OPME, que devem ser desenvolvidos pela SES/DF. Contudo, não foi possível confirmar, pela documentação encaminhada pela SES, se houve publicação de Portaria em substituição à Portaria nº 178/2014. Segundo o Sistema SINJ/DF a Portaria nº 178/2014 permanece vigente, sem alterações.
V.n	Os POPs 008, 009 e 010 (pç. 326, págs.41/52) estabelecem os procedimentos para sistematizar as ações adotadas para a OPME danificada, com embalagem corrompida e aquelas em risco de vencimento, a partir das informações do “termo circunstanciado de não utilização de OPME” (pç. 326, pág.14)
V.o	<i>Não restou evidenciada alteração no Sistema Alphasinc.</i>
V.r	A Coordenação de Neurocirurgia informou que já disponibiliza protocolo para implantação de neuroestimuladores. A Diretoria de Programação de Órtese e Prótese – DIPOP também afirma ter sugerido à Comissão de Padronização de Protocolo de Assistência à Saúde a adequação e republicação desse Protocolo. (pç. 314, pág. 316) O expediente à pç. 316 encaminha cópia do Procedimento de utilização de neuroestimuladores recomendado pela SES/DF.
V.s	A DIPOP esclarece que, com o abastecimento regular de OPMEs na Rede SES/DF, as demandas judicializadas devem diminuir. Acrescenta que, para evitar ajuizamento de ações, para as aquisições não padronizadas de OPMEs, será utilizada a intermediação da Câmara Permanente Distrital de Mediação em Saúde (pç. 314, pág. 316).

8. Pela Informação 48/2017 (e-doc [FD1CA4CF-e](#)), a Área Técnica sugeriu ao Plenário:

- I. tomar conhecimento:
 - a) da requisição constante do e-Doc 91A1FB25 (peça 305);
 - b) do Ofício SEI-GDF nº 28/2017-SES/GAB e anexos (peça 308);
 - c) do Ofício nº 3012/2017/FP/PRDF/MPF e anexo (peça 309);
 - d) do Ofício nº 1463/2017-GAB/SES e anexos (peça 313);
 - e) do Ofício nº 1505/2017-GAB/SES e anexos (peça 314);
 - f) do Ofício SEI-GDF nº 504/2017-SES/GAB e anexos (peça 316);
 - g) da peça apresentada pela Subseção Taguatinga da OAB/DF (peça 323);
 - h) do Ofício SEI-GDF nº 405/2017-SES/GAB e anexos (peça 324);
 - i) do Ofício SEI-GDF nº 585/2017-SES/GAB e anexos (peça 325);
 - j) do Ofício SEI-GDF nº 836/2017-SES/GAB e anexos (peça 326);
 - k) do Ofício nº 230/2017 – GAB/USCOR/SES e anexos (peça 329); e
 - l) da requisição constante do e-Doc 37B23A4D (peça 330);



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

II. Considerar satisfatórios os esclarecimentos prestados pela SES/DF em atenção à Decisão nº 2.739/2017, alertando o titular da Pasta que o efetivo cumprimento das deliberações exaradas nestes autos será verificado em sede de monitoramento;

III. determinar ao titular da Secretaria de Saúde do DF que, nas respostas direcionados a esta Corte de Contas, apresente posicionamento consolidado do órgão e não meras manifestações de suas unidades, exercendo a supervisão e o controle inerentes ao cargo, de forma a garantir o pleno atendimento das decisões, evitando o envio de informações insuficientes ou conflitantes entre diferentes áreas, conforme alerta emitido nas Decisões nº 6401/2016 e nº 5283/2017;

IV. esclarecer à Subseção Taguatinga da OAB/DF, em atenção à peça protocolada em 14.07.2017 (e-Doc 05E9455E-c), que este Tribunal realizou auditoria para avaliar a aquisição, armazenamento e dispensação de OPMEs, cujo relatório, apreciado pela Decisão nº 6048/2015, encontra-se disponível no sítio do Tribunal na internet, e que o cumprimento das deliberações exaradas será submetido a monitoramento, ocasião em que as informações prestadas serão utilizadas como subsídio à fiscalização;

V. autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Auditoria para subsidiar o monitoramento a ser realizado em autos apartados em cumprimento ao item VIII, “c” da Decisão nº 6098/2016.

9. Encaminhados os autos ao Ministério Público, passo a opinar.

10. O item IV.a da Decisão 6048/05 pode ser considerado cumprido, uma vez que a jurisdicionada demonstrou que recomendação para que fossem inseridos documentos que comprovem a adequação do tipo e dos quantitativos de materiais a serem adquiridos, já vem sendo praticada desde 2016, com a inclusão de dados, como a consulta do Consumo Médio Mensal (CMM), extraído do sistema informatizado Alphalinc da rede SES/DF, lista de demanda reprimida, estatística de procedimentos realizados nos últimos 12 meses, previsão de abertura de novos serviços ou programas etc.

11. O item IV.b, da mesma maneira, se verifica cumprido. Demonstrou-se que a execução das Atas de Registro de Preço está condicionada à aquisição de, no máximo, 25% do quantitativo total de cada item para a primeira execução, sendo que para a segunda e seguintes solicitações de execuções deverá ser comprovada a utilização de no mínimo 80% do quantitativo pedido anterior.

12. A questão da deficiência do monitoramento dos prazos de validade das próteses, objeto do item IV.c. parece ter sido solucionada, em razão da determinação de que a Diretoria de Programação seja responsável pelo controle de estoque gerencial das OPMEs, com a finalidade de monitorar os prazos de validade dos materiais em estoque.

13. Acerca da deliberação para instauração de procedimento apuratório (item IV.d), se constata que fora adimplida, conforme se depreende da Portaria nº 349, de 24 de julho de 2017, publicada no DODF de 25/07/2017 e da Portaria nº 575, publicada no DODF em 19.10.2017.

14. A avaliação da adequação técnica do material adquirido por meio do Contrato n.º 001/2013 (item IV.f), bem como a instituição de procedimentos de controle regular e periódico de utilização e de fornecimento de OPMEs que permitam o conhecimento prévio das demandas, assegurando aquisições em quantitativos adequados (item IV.j), também foram procedidas pela Secretaria, conforme se examina das informações prestadas:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

A Diretoria de Programação de Órteses e Próteses, por meio do Despacho 1589211, relatou que a SES/DF estabeleceu o procedimento padrão de preenchimento de um formulário de comprovação da utilização de OPMEs pelos profissionais responsáveis pelo seu uso.

Com o objetivo de aprimorar a prática, essa Diretoria procedeu à revisão do formulário denominado de Comunicado de Utilização de OPME (CUOMP) realizando as alterações pertinentes de modo a permitir rastreabilidade e a orientação do faturamento dos procedimentos executados. O preenchimento da CUOMP será obrigatório, permitindo que a baixa no sistema do insumo seja dada por paciente após a realização do procedimento. Esse formulário será publicado juntamente com a reforma da Portaria nº 178/2014 com a finalidade de instituir rotinas e fluxos de utilização de OPMEs. De acordo com novo plano de gestão de OPMEs adotado pela SES/DF, a Diretoria de programação de Órteses e Próteses informa que a Gerência de Programação dispõe de uma equipe responsável pelo controle de estoque gerencial das OPMEs, analisando os consumos e gerando estatísticas para as futuras aquisições, dispensando a solicitação inicial pela coordenação das especialidades, deixando essas de ser as áreas demandantes, centralizadoras das informações necessárias para o processo de aquisição regular e execuções de atas. Toda essa gestão será incluída na nova Portaria nº 178/2014 . (pç. 313, pág. 14/15).

15. A informação de que todos os dados constantes do Alphalinc estão sendo migrados para o banco de dados ORACLE, o qual permite o acesso de outras aplicações de mercado, de igual maneira, atende a diligência contida nos itens IV.k e IV.m.

16. A notícia que a recomendação de se inserir nos autos documentos que comprovem a adequação do tipo e dos quantitativos de materiais a serem adquiridos já vem sendo praticada desde 2016 com a inclusão de dados, como a consulta do Consumo Médio Mensal (CMM), extraído do sistema informatizado Alphalinc da rede SES/DF (item IV.l), igualmente satisfaz ao deliberado pelo Plenário.

17. Ainda, demonstrou a jurisdicionada que promoveu a definição de competências para que as OPMEs adquiridas por meio de judicialização sejam efetivamente utilizadas nos pacientes demandantes (item IV.n), ao publicar portaria que cria a Comissão de Padronização de OPME, onde as OPMEs serão classificadas e padronizadas como de aquisição regular ou eventual

18. Noutra banda, as informações apresentadas acerca das determinações constantes do item V¹ da Decisão 6048 – realização de mapeamento e modelagem de fluxo, desde a entrada do produto OPME no Sistema Alphalinc até o faturamento e envio das informações ao Datasus; realização de esforços no sentido de dispensar a ampliação da mão de obra no NCAIS; atualização mensal de registros no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde; disponibilização do protocolo para implantação de neuroestimuladores e; intermediação da Câmara Permanente Distrital de Mediação em Saúde – permitem aferir seu implemento.

¹ promover integração e melhoria dos sistemas de TI, em especial Alphalink e Trakcare, capacitação e remanejamento dos servidores; criar mecanismos de mensuração de eficácia no faturamento das despesas; atualização dos registros; instituição de rotina obrigatória para registro das informações e; avaliar a inclusão, na Câmara Permanente Distrital de Mediação em Saúde, regulamentada pela Portaria Conjunta n.º 1/2013, das demandas de OPMEs não padronizadas.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

19. Há de se ressaltar, ainda, tal qual aduzido pela Área Técnica, a implantação do Manual de Contratações, que busca o aperfeiçoamento dos fluxos internos de modo a permitir maior celeridade nas contratações e evitar o desabastecimento da Rede; a Linha do Tempo da Gestão em OPME, contendo todas as ações adotadas a partir da Decisão nº 6048/2015 e; a publicação da Portaria SES nº 344, em 27/07/2017, que designou a Comissão de Padronização de OPME.

20. Dessa forma, acompanha o Ministério Público o sugerido pelo Corpo Técnico, no sentido de que sejam considerados satisfatórios os esclarecimentos prestados pela SES/DF em atenção à Decisão nº 2.739/2017, alertando o titular da Pasta que o efetivo cumprimento das deliberações será verificado em sede de monitoramento.

É o parecer.

Brasília, 31 de janeiro de 2018.

Demóstenes Tres Albuquerque

Procurador